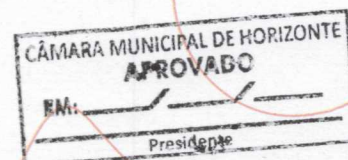


O Vereador **RHENAN CAVALCANTE ASSUNÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, em respeito ao previsto no art. 127 do Regimento Interno desta Augusta Casa Legislativa, vêm encaminhar ao plenário da Câmara a presente **INDICAÇÃO** do seguinte Projeto de Lei:

**INDICAÇÃO Nº 006/2024**

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2024**



**INSTITUI O FUNCIONAMENTO DO HORÁRIO NOTURNO NAS CRECHES DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIA.**

**Art. 1º** Fica autorizadas a funcionarem no período noturno as creches do sistema Municipal de Ensino, que atendem crianças de zero a 3 e 11 meses.

§ 1º O funcionamento em horário especial servirá, exclusivamente, aos pais e responsáveis que comprovem o exercício de atividades acadêmica ou laborais no período noturno.

§ 2º O período noturno caracteriza matrícula regular em estabelecimento de ensino de Educação Infantil, não podendo haver matrícula em duplicidade.

§ 3º As vagas a que se refere o caput deste artigo serão ofertadas:

- I – Em tempo parcial para horário de 18h às 22h; ou
- II – Em tempo integral de 13h às 22h;
- III – De acordo com a demanda de cada região; e,
- IV – Mediante comprovação do trabalho ou estudo, no mesmo horário, de ambos os pais ou do responsável.

§ 4º O tempo de permanência das crianças nas creches poderá exceder dez (10) horas diárias.

**Art. 2º** As atividades das crianças no horário noturno serão semelhantes as atividades do horário diurno.

**Parágrafo único.** O atendimento às crianças no período noturno incluirá o desenvolvimento de atividades lúcidas e os cuidados adequados a cada período do desenvolvimento infantil.

**Art. 3º** Caberá a secretaria Municipal de educação, em diálogo com os profissionais, definir a composição da equipe pedagógica necessária ao funcionamento no período noturno, assim

**RECEBIDO EM:**

09/02/24

CÂMARA MUN. DE HORIZONTE



como estabelecer o número de profissionais necessário para garantir a segurança da entrada e saída das crianças e as boas condições de alimentação e higienização das mesmas.

**Art. 4º** O Poder Executivo poderá regulamentar, por decreto, o disposto nesta lei, no que couber.

**Art. 5º** As despesas decorrentes desta Lei ocorrerão à conta de dotações consignadas no orçamento da Secretaria de Educação, o qual será suplementado, se necessário.

**Art. 6º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**SALA DASSESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE (CE)**, aos 08 dias do mês de fevereiro de 2024.



---

**RHENAN CAVALCANTE ASSUNÇÃO**  
Vereador



## JUSTIFICATIVA

A infância é a etapa fundamental da vida das crianças, sendo os primeiros 3 anos de vida particularmente importantes para o seu desenvolvimento físico, efetivo e intelectual.


Devido às transformações ocorridas na sociedade, nomeadamente a emancipação da mulher através da sua entrada no mercado de trabalho, surgiu a necessidade de entregar os seus filhos desde cedo aos cuidados de outrem fora do agregado familiar.

Segundo dados do IBGE, o contingente de trabalhadores no período noturno integral (compreendido das 22h às 5h da manhã) ou parcial (que ocupa algumas horas do período diurno e noturno) foi de 6.933 milhões em 2016, frente a 5.948 milhões apurados no ano de 2015. Em termos proporcionais, o número de trabalhadores no período noturno passou de 6,4% para 7,6% em relação ao total da população empregada no país, entre 2015 e 2016.

O crescimento do trabalho noturno traz consigo o aumento da demanda pelo cuidado com os filhos dos trabalhadores que estão em idade entre zero a 3 anos e onze meses.

Diante da importância que se reveste o assunto, apresento o presente Projeto de Indicação e conto com o apoio dos meus pares para a sua aprovação.

**SALA DA SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE (CE)**, aos 08 dias do mês de fevereiro de 2024.



---

**RHENAN CAVALCANTE ASSUNÇÃO**  
Vereador